Estado da Paraíba Assembleia Legislativa Casa de Epitácio Pessoa Gabinete da Deputada Cida Ramos

INDICATIVO Nº 631 /2021

AUTORA: DEPUTADA CIDA RAMOS

INDICO, nos termos do artigo 111, inciso I do Regimento Interno (Resolução Nº 1.578/2012), que seja encaminhada manifestação desta Casa Legislativa ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de João Pessoa, no sentido de que o mesmo adote a iniciativa de Projeto de Lei (Minuta em anexo), que institui gratificação extraordinária aos agentes de limpeza urbana do município de João Pessoa, enquanto perdurar a pandemia do COVID-19.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem o objetivo de, em curto e determinado prazo, oferecer um incentivo financeiro para esses servidores que atuam em serviços essenciais, com uma maior exposição à contaminação do covid-19.

Esses servidores estão se submetendo a um grande risco de contágio, às pressões inerentes ao acúmulo de trabalho, na medida em que o vírus se prolifere. Nesse sentido, nada mais justo de que o Município conceda um incentivo financeiro, mesmo sendo algo temporário, para possibilitar o empenho máximo de cada servidor, que seguirão cumprindo a valorosa missão de manter a cidade limpa.



Estado da Paraíba Assembleia Legislativa Casa de Epitácio Pessoa Gabinete da Deputada Cida Ramos

O Poder Público tem o dever de reconhecer toda a exposição aos vírus por parte desses servidores, implementando uma gratificação temporária. Nesse sentido, encaminhamos a referida propositura, solicitando o apoio de todos os parlamentares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em 07 de Março de 2021.

CIDA RAMOS

Deputada Estadual



Estado da Paraíba Assembleia Legislativa Casa de Epitácio Pessoa Gabinete da Deputada Cida Ramos

PROJETO DE LEI № /2021

Institui Gratificação Extraordinária aos agentes de limpeza urbana do município de João Pessoa, enquanto perdurar a pandemia do COVID-19.

A Assembleia Legislativa da Paraíba decreta:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação Extraordinária a ser paga aos agentes de limpeza urbana do Município de João Pessoa, enquanto perdurar a pandemia do COVID-19.

Art. 2º A Gratificação Extraordinária de Combate ao COVID-19 não se incorpora ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

Art. 3º A gratificação será no percentual de 20% (vinte por cento), incidindo nos vencimentos dos servidores indicados no art. 1º desta lei.

Parágrafo único - Os critérios de concessão e os limites da gratificação de que trata esta lei poderão ser fixados em ato do Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.